

Novo dirigente do CFE quer melhoria no ensino

20 FEV 1991

CORREIO BRAZILIENSE

Educação

AMARAL SALES

Melhorar a qualidade do ensino público e particular no Brasil, criar uma autonomia universitária, universalizar e democratizar o ensino com o objetivo de acabar com o analfabetismo, abrindo possibilidade ao estudante carente de ascensão social através da educação. Estes são os quatro pontos básicos que irão nortear todo o trabalho a ser desenvolvido pelo presidente do Conselho Federal de Educação (CFE), Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que toma posse no cargo hoje, às 17h, no auditório do órgão.

Para viabilizar sua proposta de dar melhores condições ao desenvolvimento de uma filosofia educacional mais eficiente, o professor Ferreira Filho pensa em

permitir a formação de novos professores, aliada ao aprimoramento profissional dos já existentes, oferecendo cursos de mestrado, doutoramento e ainda pós-doutoramento, como já ocorre na Universidade de São Paulo. Contrário à privatização dos ensinos de 1º, 2º e 3º graus, o magistrado concorda sim com o equilíbrio entre ensino público e privado. Para ele a escola particular tem suas virtudes uma vez que pode inovar apresentando propostas diferenciadas do estilo único mantido pela escola pública. Ele cita como exemplo a Pontifícia Universidade Católica (PUC), que faz questão de manter um estilo tradicional de didática reconhecido pelo Vaticano.

Ele entende que, até pelo próprio Artigo 205 da Constituição Federal, cabe ao Estado propor

cionar a alfabetização de sua população infantil. Diz o artigo: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Não obstante, existem hoje em todo o Brasil, cerca de oito milhões de crianças com idade entre sete e 14 anos, que jamais entraram em um estabelecimento de ensino.

Para reverter este quadro, Ferreira Filho afirma que o fator principal é, "sem dúvida", a dotação de recursos orçamentários a serem aplicados na formação e contratação de professores — hoje o déficit gira em torno de 30 mil educadores — e também a construção de mais escolas.